Acordo de Não Persecução Penal (ANPP): Um Guia Informativo

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 02/09/2024



Introdução ao ANPP

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é uma medida inovadora introduzida pela Lei nº 13.964/2019, conhecida como "Pacote Anticrime", que visa promover a eficiência e a celeridade no sistema de justiça criminal brasileiro. O ANPP permite que o Ministério Público e o investigado celebrem um acordo para evitar a instauração de um processo penal, desde que cumpridos determinados requisitos. Esse mecanismo busca reduzir a sobrecarga do Judiciário, ao mesmo tempo em que oferece uma alternativa menos onerosa e mais rápida para a resolução de conflitos penais.

Requisitos para a Celebração do ANPP

Para que o ANPP possa ser celebrado, é necessário que o investigado atenda a alguns requisitos específicos. São eles:

1. **Crime Sem Violência ou Grave Ameaça**: O ANPP só pode ser aplicado a crimes cometidos sem violência ou grave

ameaça à pessoa.
2. **Pena Mínima Inferior a 4 Anos**: O crime em questão deve ter uma pena mínima inferior a 4 anos.
3. **Confissão Formal e Circunstanciada**: O investigado deve confessar formal e circunstanciadamente a prática do delito.
4. **Ausência de Reincidência**: O investigado não pode ser reincidente em crimes dolosos.
5. **Ausência de Conduta Criminosa Habitual**: O investigado não pode ter sido beneficiado anteriormente por outro ANPP, transação penal ou suspensão condicional do processo nos últimos 5 anos.

Benefícios do ANPP

Para o Investigado

1. **Evita o Processo Penal**: O investigado pode evitar a instauração de um processo penal, com todas as suas consequências, incluindo a possibilidade de uma condenação.
2. **Redução de Custos e Tempo**: O ANPP é uma solução mais rápida e menos custosa do que um processo penal tradicional.
3. **Reparação de Danos**: O investigado tem a oportunidade de reparar os danos causados pela sua conduta, demonstrando arrependimento e responsabilidade.

Para o Sistema Judiciário

1. **Desafogamento do Judiciário**: O ANPP contribui para a redução do número de processos penais, aliviando a sobrecarga do sistema judiciário.
2. **Eficiência e Celeridade**: Promove uma resolução mais

rápida e eficiente dos conflitos penais.
3. **Foco em Crimes Mais Graves**: Permite que o Judiciário e o Ministério Público concentrem seus recursos e esforços em crimes mais graves e complexos.

Obrigações do Investigado no ANPP

Para que o ANPP seja efetivado, o investigado deve cumprir algumas condições estabelecidas no acordo, que podem incluir:

1. **Reparação do Dano**: Ressarcir a vítima pelos prejuízos causados pelo delito.
2. **Prestação de Serviços à Comunidade**: Realizar atividades não remuneradas em benefício da comunidade.
3. **Pagamento de Prestação Pecuniária**: Pagar uma quantia em dinheiro a uma entidade pública ou privada com destinação social.
4. **Cumprimento de Outras Condições**: Atender a outras condições estipuladas pelo Ministério Público, desde que proporcionais e adequadas ao caso.

Procedimento para a Celebração do ANPP

O procedimento para a celebração do ANPP envolve as seguintes etapas:

1. **Proposta do Ministério Público**: O Ministério Público deve propor o acordo ao investigado, considerando os requisitos legais e as circunstâncias do caso.
2. **Aceitação pelo Investigado**: O investigado deve aceitar a proposta e confessar formalmente a prática do delito.
3. **Homologação pelo Juiz**: O acordo deve ser homologado por um juiz, que verificará a legalidade e a adequação das

condições estabelecidas.
4. **Cumprimento das Condições**: O investigado deve cumprir todas as condições estabelecidas no acordo dentro do prazo estipulado.

Conclusão

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) representa uma importante inovação no sistema de justiça criminal brasileiro, promovendo a eficiência, a celeridade e a justiça restaurativa. Ao oferecer uma alternativa ao processo penal tradicional, o ANPP beneficia tanto o investigado quanto o sistema judiciário, contribuindo para a construção de uma justiça mais ágil e equitativa. É fundamental que advogados, promotores e juízes estejam bem informados sobre os requisitos e procedimentos do ANPP para garantir sua correta aplicação e maximizar seus benefícios.

FAQ – Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)

1. O que é o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)?
O ANPP é uma medida prevista na Lei nº 13.964/2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, que permite ao Ministério Público e ao investigado firmar um acordo para evitar a instauração de um processo penal, desde que cumpridos determinados requisitos.

2. Quais são os requisitos para a celebração do ANPP?
Os requisitos incluem:

- O crime deve ser sem violência ou grave ameaça.
- A pena mínima do crime deve ser inferior a 4 anos.
- O investigado deve confessar formal e circunstanciadamente a prática do delito.

- O investigado não pode ser reincidente em crimes dolosos.
- O investigado não pode ter sido beneficiado anteriormente por outro ANPP ou transação penal nos últimos 5 anos.

3. Quais são os benefícios do ANPP?
O ANPP oferece uma alternativa mais rápida e menos onerosa ao processo penal tradicional, permitindo a reparação de danos, a redução da sobrecarga do Judiciário e uma resolução mais eficiente dos conflitos penais.

4. Quais condições podem ser impostas no ANPP?
As condições podem incluir a reparação do dano à vítima, a prestação de serviços à comunidade e o pagamento de uma quantia em dinheiro a uma entidade pública ou privada, entre outras condições proporcionais e adequadas ao caso.

5. Como é o procedimento para a celebração do ANPP?
O procedimento envolve:

- Proposta do Ministério Público ao investigado.
- Aceitação da proposta pelo investigado, que deve confessar a prática do delito.
- Homologação do acordo por um juiz, que verifica a legalidade e adequação das condições.
- Cumprimento das condições estabelecidas pelo investigado dentro do prazo estipulado.

6. O ANPP é uma garantia para todos os acusados?
Não, o ANPP não é um direito automático. Sua aplicação depende do cumprimento dos requisitos legais e da aceitação do Ministério Público e do juiz.

7. O que acontece se o investigado não cumprir as condições do ANPP?
Se o investigado não cumprir as condições estabelecidas no

acordo, o Ministério Público pode solicitar a revogação do ANPP, e o processo penal pode ser instaurado.

8. O ANPP é aplicável a todos os tipos de crimes?
Não, o ANPP é aplicável apenas a crimes que atendam aos requisitos mencionados, como a ausência de violência e a pena mínima inferior a 4 anos.

9. Qual é o impacto do ANPP no sistema judiciário?
O ANPP contribui para o desafogamento do Judiciário, permitindo que recursos e esforços sejam concentrados em crimes mais graves e complexos, promovendo uma justiça mais ágil.

10. Como advogados e promotores devem se preparar para aplicar o ANPP?
É fundamental que advogados, promotores e juízes estejam bem informados sobre os requisitos e procedimentos do ANPP para garantir sua correta aplicação e maximizar seus benefícios.

Essas perguntas e respostas abordam os principais pontos discutidos no post sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), ajudando a esclarecer dúvidas comuns sobre o tema.